

A TRADUÇÃO COMO INTERPRETAÇÃO:

UM OLHAR PARA A COR PÚRPURA SEGUNDO DUAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS¹

*Elias Ribeiro da SILVA*²

Resumo: Objetiva-se, neste artigo, discutir a tradução como prática de interpretação sujeita à história e à ideologia de suas condições de produção. Parte-se do pressuposto de que uma tradução brasileira de uma das peças de Shakespeare, por exemplo, apresentará as marcas históricas e ideológicas de seu contexto de produção, enquanto uma tradução portuguesa da mesma peça será atravessada pela história e pela ideologia do contexto de seu tradutor português. Em um primeiro momento, apresenta-se a discussão de Fish (1980) acerca da significação, focalizando-se, particularmente, suas considerações acerca do papel do *texto*, do *leitor* e da *comunidade interpretativa* na produção de significados. Em seguida, são discutidos alguns dos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa. Focaliza-se, particularmente, a questão da *interpretação* (Orlandi, 2007a). Discutida a produtividade desses aparatos teóricos para a compreensão da tradução como gesto interpretativo situado na história, discute-se, como exemplo, a tradução brasileira do romance epistolar *The Color Purple*, de autoria da afro-americana Alice Walker.

Palavras-chave: Tradução; Interpretação; *A cor púrpura*.

Abstract: *The aim of this paper is to discuss the translation as an interpretative practice which occurs under specific historical and ideological production conditions. It is assumed that a Brazilian translation of one of Shakespeare's plays, for example, presents marks of its historical and ideological context of production, while a Portuguese translation of the same play is crossed by the history and ideology of its Portuguese translator. Initially, Fish's (1980) remarks about the text, the reader and the interpretative community are discussed. Afterward, some theoretical assumptions of the French School of Discourse Analysis are presented. The concept of interpretation, as proposed by Orlandi (2007a), is discussed in detail. After*

¹ Este artigo é a versão final de um Exame de Qualificação de Área - Tradução, desenvolvido sob orientação da Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini no primeiro semestre de 2010 e apresentado ao Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Agradeço à Professora Carmen Zink pela orientação.

² Aluno de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do IEL/UNICAMP. Orientando da Profa Dra. Matilde Virgínia Ricardi Scaramucci e bolsista CNPq (Processo no. 140306/2007-2). E-mail para contato: ribeirodasilva.elias@gmail.com.

that, the Brazilian translation of Alice Walker's novel The Color Purple is discussed in order to demonstrate that translation is indeed an "interpretative gesture" determined by history and ideology.

Keywords: Translation; Interpretation; The Color Purple.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2004), a Tradução é a “operação que consiste em fazer passar um enunciado emitido numa determinada língua (língua-fonte) para o equivalente em outra língua (língua-alvo) [...]”. Traduzir, também segundo o *Houaiss*, é “transladar, transportar de uma língua para outra”. Etimologicamente, o *Tradutor*, do “lat. *Traductor, oris*”, é “o que transfere” (Houaiss, 2004: 2745).

Com base nesses três verbetes, pode-se afirmar que, para o *Houaiss*, a tradução consiste na transposição de significados de uma língua para outra. O tradutor, por sua vez, é aquele que executa essa transposição ou transferência.

A concepção de tradução como transferência é, segundo Arrojo (2000, p. 11), a mais frequentemente utilizada para definir o ato tradutório. Para Catfort (1980), um dos principais teóricos da área, a tradução é a “substituição de material de uma língua pelo material equivalente em outra língua” (Catfort, 1980, p. 22, *apud* Arrojo, 2000, p. 12)³.

Entender a tradução como transferência implica supor a existência de significados estáveis, fixos em uma determinada língua. Implica, portanto, assumir uma posição teórica acerca do processo de significação. Como aponta Rodrigues (2000), a questão do significado e da significação encontra-se no centro do pensamento contemporâneo. Na discussão desse tema, pode-se distinguir pelo menos duas correntes teóricas: uma tradicional (essencialista) e uma pós-moderna (não-essencialista). Enquanto

3 Em Arrojo (2000), encontra-se uma visão panorâmica das diferentes perspectivas teóricas sobre a tradução. Para uma discussão aprofundada sobre o tema, consultar Rodrigues (2000).

a primeira vincula-se ao pensamento estruturalista, a segunda orienta-se pelos pressupostos pós-estruturalistas.

A corrente tradicional, orientada por um ideal racionalista, pressupõe a existência de significados estáveis em uma determinada língua. O texto seria dotado de um significado único, transcendental, que dele emanaria, independentemente do leitor/tradutor. Trata-se de um leitor ideal, o qual seria orientado pela razão e não estaria sujeito às contingências históricas e ideológicas. No que se refere à tradução, “[...] esse movimento tem como consequência a desvalorização da atividade tradutória, que se manifesta especialmente por meio das tentativas de normatizar sua prática e da exigência de uma impossível neutralidade do tradutor” (Rodrigues, 2000: 177).

O tradutor ideal, nessa perspectiva, é aquele cujas marcas não aparecem no texto traduzido. Trata-se da proposição de um “tradutor invisível”, como discutido por Venuti (1995). Segundo esse autor, no meio cultural anglo-americano, principal mercado consumidor de traduções, um “bom tradutor” é aquele que não deixa vestígios de si no texto traduzido. Essa posição vincula-se, por sua vez, a uma concepção tradicional de autoria - um dos “escândalos da tradução” sobre os quais fala Venuti (2002) -, segundo a qual a autoria de uma obra é exclusividade de seu autor. O tradutor, entendido como “não-autor”, não deve deixar nenhuma marca no texto do outro.

A reflexão pós-moderna opõe-se ao pensamento tradicional ao afirmar a tradução como a prática da diferença, isto é, como produção de significados. Rodrigues afirma, nesse sentido, que

[o] pensamento pós-moderno, ao enfatizar que é inútil tentar neutralizar as diferenças, pois não é possível transcender a ideologia, tem tido impacto direto na reflexão sobre a atividade tradutória. [...] o ponto principal a ser mencionado relaciona-se ao questionamento da possibilidade de um significado fixo nos textos, com uma essência recuperável, para o qual um tradutor e um pesquisador, liberados de qualquer influência ideológica, encontram um correspondente de igual valor em outra língua (Rodrigues, 2000: 178).

Na vertente pós-moderna, o texto não é visto como fonte única do sentido. Toda atividade de leitura/tradução é entendida como produção de significados e o leitor/tradutor como agente (situado histórica e ideologicamente) deste processo. Além do texto e do leitor/tradutor, fatores contextuais também atuam na produção de significados, o que invalida a noção de tradução como transferência de significados estáveis de uma língua para outra e torna impossível o ideal da equivalência e do tradutor invisível, neutro.

Pode-se afirmar, em síntese, que a reflexão pós-moderna sobre tradução, diferentemente do pensamento tradicional, pressupõe a prática tradutória como trabalho de interpretação, o qual é realizado por um sujeito situado histórica e ideologicamente; sujeito, portanto, à linguagem e à ideologia. O tradutor, ao produzir significados, ao interpretar o texto a ser traduzido, é orientado pelas condições de produção nas quais está inserido. Dito de outra forma e a partir de outra perspectiva teórica, o tradutor está inserido em uma comunidade interpretativa e, portanto, produz, ao traduzir um texto, os significados autorizados por essa comunidade.

A partir das considerações desenvolvidas nos parágrafos anteriores, objetiva-se, neste artigo, discutir a tradução como prática de interpretação sujeita à história e à ideologia de suas condições de produção. Parte-se do pressuposto de que uma tradução brasileira de uma das peças de Shakespeare, por exemplo, apresentará as marcas históricas e ideológicas de seu contexto de produção, enquanto uma tradução portuguesa da mesma peça será atravessada pela história e pela ideologia do contexto de seu tradutor português. Em um primeiro momento, apresenta-se a discussão de Fish (1980) acerca da significação, focalizando-se, particularmente, suas considerações acerca do papel do *texto*, do *leitor* e da *comunidade interpretativa* na produção de significados. Em seguida, são discutidos alguns dos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa, focalizando-se, particularmente, a questão da *interpretação* (Orlandi, 2007a). Discutida a produtividade desses aparatos

teóricos para a compreensão da tradução como gesto interpretativo situado na história, discute-se, a guisa de exemplo, a tradução brasileira do romance epistolar *The Color Purple*, de autoria da afro-americana Alice Walker.

O TEXTO, O LEITOR E A COMUNIDADE INTERPRETATIVA DE FISH (1980)
E A TRADUÇÃO

Na obra *Is there a text in this class? The authority of interpretive communities*, de 1980, Stanley Fish discute o processo de produção de significados. Nesta seção, focaliza-se, especificamente, sua discussão acerca do papel do *texto*, do *leitor* e da *comunidade interpretativa* na significação, a qual tem implicações importantes para a teoria da tradução.

Em sua argumentação, Fish parte da premissa de que todo texto tem uma situacionalidade. Assim, um autor não pode voltar a escrever um texto no sentido de tomá-lo (ou retomá-lo) como uma unidade de sentido, pois as próprias crenças que esse autor professava no momento da escritura podem ter se modificado, não sendo possível resgatá-las.

Com base nessa premissa, Fish se questionava, na década de 1970, acerca de qual seria a origem dos significados, da significação: o texto ou o leitor. Ao formular essa questão, o autor assumia o leitor e o texto como entidades independentes e estáveis, uma vez que, sem assumir essa posição, a discussão proposta por ele não se justificaria. Segundo o autor, posição semelhante pode ser encontrada, por exemplo, em Wimsatt e Monroe (1949), os quais argumentam que as intenções de um autor não estão disponíveis, e que as respostas dos leitores são muito variáveis. Para eles, somente o texto apresenta estabilidade e é incontestável.

Para Fish, essa posição constitui uma falácia, pois o texto não é um depósito de significados acabados, estáveis e absolutos. Além disso, outros elementos contribuem no processo de construção do significado, elementos estes que estão fora do âmbito do texto.

Para sustentar sua posição, Fish questiona a ideia de que o texto é a fonte única do sentido, atribuindo ao leitor um papel importante no processo de significação. Na realidade, a

argumentação desenvolvida pelo autor ao longo da obra objetiva desconstruir a ideia de que o texto é a fonte única de sentido, adotando, portanto, um ponto de vista não-essencialista, pós-moderno.

Se o significado está contido no texto, o papel do leitor seria simplesmente o de extraí-lo. Contrariamente, quando se aceita que os significados se transformam, como o próprio Fish afirma no início do livro, o leitor assume um papel fundamental, uma vez que as mudanças do significado de um texto se devem às suas expectativas, projeções, conclusões e julgamentos.

Assim, o papel do leitor não é meramente instrumental ou mecânico. Sua atuação é essencial, e, para Fish, o ato de descrição desse processo deve começar e terminar por ele. Contudo, isso implicaria uma outra posição radical, isto é, a fonte do sentido é transferida do texto para o leitor. Além disso, o texto continua sendo considerado como uma fonte estável de sentidos. O sentido emergiria da interação entre texto e leitor e não de um ou de outro.

Em uma perspectiva formalista (tradicional), por exemplo, a produção de significados pelo leitor estaria atrelada à forma de organização da informação no texto ou à ênfase dada a uma parte do texto e não à outra. Como sugere Fish, uma alternativa ao paradigma formalista é desviar o foco do texto (de sua configuração espacial) para o leitor (sua experiência temporal). Segundo o autor:

[i]n order to maintain this claim it was necessary to remove the chief objection to talking about the experience of the reader, to wit, that there are (at least potentially) as many experiences as there are readers, and that therefore the decision to focus on the reader is tantamount to giving up the possibility of saying anything that would be of general interest. I met that objection by positing a level of experience which all readers share, independently of differences in education and culture (Fish, 1980: 4-5).

Para defender essa posição, Fish estabelece um paralelo com o postulado chomskiano de que todos os falantes nativos de uma língua compartilham de um mesmo conjunto de regras (sua competência linguística). Para Fish, ocorreria algo semelhante

com a interpretação, isto é, tratar-se-ia de um processo, em certa medida, uniforme.

O autor discute essa questão tomando como exemplo as diferenças de interpretação entre críticos e leitores comuns. As eventuais diferenças de interpretação devem-se à forma como a crítica é entendida. Trata-se de uma leitura especializada e, portanto, determinada por uma comunidade interpretativa. Ao tornar-se crítico literário, o leitor comum se engajaria em outra comunidade interpretativa, a qual apresenta regras de interpretação particulares.

Fish argumenta que um processo de interpretação orientado por uma perspectiva formalista, que enfatiza os aspectos formais do texto, produz leituras arbitrárias, uma vez que o leitor passa da identificação de características formais para a especificação de sua significação, ou seja, o sentido é construído a partir dessas pistas formais.

Para Fish, o valor significativo dessas características formais só pode ser determinado a partir da especificação de sua função na experiência do leitor. A esse respeito, o autor afirma: “Linguistic facts, I conceded, do have meaning, but the explanation for that meaning is not the capacity of syntax to express it but the ability of a reader to confer it” (Fish, 1980: 08).

Outro pressuposto formalista discutido por Fish é o de que a subjetividade constitui-se como uma ameaça e que todo procedimento crítico deve incluir um mecanismo para eliminá-la do processo de interpretação. Os formalistas acreditam que, com a ausência desse tipo de mecanismo, os intérpretes estariam livres para impor suas idiosincrasias ao texto. O paradigma formalista objetiva, portanto, apagar as marcas da subjetividade no processo de interpretação, como ocorre com as vertentes tradicionais do pensamento sobre tradução.

Outra questão polêmica discutida por Fish é a distinção entre *linguagem literária* e *linguagem prosaica*. O pensamento tradicional atribui à linguagem literária um *status* diferenciado em relação à linguagem cotidiana. Dessa forma, a interpretação de textos escritos nessas duas formas de linguagem também

deve ser diferente. Fish resolve o problema da distinção entre linguagem literária e prosaica argumentando que a literatura é uma categoria convencional. O que torna um texto literário não são características inerentes a esse texto (que lhe confeririam literariedade), mas as características (talvez imaginadas) atribuídas a ele pela comunidade interpretativa.

Essa posição de Fish poderia ser entendida como uma afirmação da subjetividade. Contudo, ao afirmar o papel ativo do leitor na construção do texto literário, o autor não está pensando em um leitor individual, totalmente livre, mas em um membro de uma comunidade, cujas representações acerca do texto literário determinam o tipo de atenção que ele dispensará ao texto e, dessa forma, que tipo de literatura ele desenvolverá.

O reconhecimento de um texto como literário não é determinado por suas características formais, nem pela vontade do falante/leitor autônomo, mas provém de uma decisão coletiva acerca do que conta como literatura.

Essa posição adotada por Fish implica uma concepção problemática de agência, dependendo da forma como ela é entendida. Em uma primeira perspectiva, poder-se-ia pensar em escolhas subjetivas dos falantes/leitores - posição da qual Fish não compartilha, como visto anteriormente. Contrariamente, a segunda posição pressupõe um sujeito não-consciente. Neste caso, suas escolhas não são conscientes, mas resultam de convenções não-conscientes.

Essa posição assemelha-se, à primeira vista, àquela adotada pelos formalistas, os quais pressupõem o texto e o leitor como entidades estáveis que podem ser apreendidas em sua totalidade. No entanto, Fish rompe com a proposta formalista ao postular que o texto, enquanto unidade formal, somente assume esse *status* em função de um modelo interpretativo. Os próprios modelos ou gêneros textuais são constituídos por gestos interpretativos⁴. A respeito da relação entre texto e interpretação, Fish afirma que

⁴ Rosemary Arrojo, em *Oficina de Tradução* (1986: 31-6), exemplifica essa questão a partir do poema *This is just to say*, do poeta norte-americano William Carlos Williams. Lido como um bilhete escrito por um hóspede para seu anfitrião, o poema seria inter-

The relationship between interpretation and text is thus reversed: interpretative strategies are not put into execution after reading; they are the shape of reading, and because they are the shape of reading, they give texts their shape, making them rather than, as is usually assumed, arising from them (Fish, 1980, p. 13).

Para Fish, não é nem o texto nem o leitor que produzem significados, mas a comunidade interpretativa: “[...] it is interpretative communities, rather than either the text or the reader, that produce meanings and are responsible for the emergence of formal features” (Fish, 1980: 14).

As comunidades interpretativas são constituídas por aqueles que compartilham estratégias interpretativas de escrita e não de leitura. Essas comunidades definem as propriedades constitutivas dos diferentes gêneros textuais. Assim, essas características preexistem ao próprio ato de leitura e, portanto, determinam a forma de leitura.

Fish admite que essa formulação não é muito acurada, pois a ideia de que os indivíduos compartilham estratégias interpretativas poderia fazer crer que os indivíduos mantêm-se isolados dentro das comunidades e não é isso que ocorre. O autor sugere que, na verdade, mesmo os pensamentos de um indivíduo são limitados pela comunidade interpretativa a que ele pertence, a qual é a verdadeira origem desses pensamentos. Assim, um leitor só produz aqueles significados que a comunidade interpretativa permite que ele produza, funcionando como uma extensão dessa comunidade. Não se justifica, portanto, a dicotomia texto/leitor no que se refere à origem do significado, pois ambos encontram-se circunscritos em uma comunidade.

A discussão proposta por Fish acerca do papel do *texto*, do *leitor* e da *comunidade interpretativa* na produção de significados, sintetizada nessa seção, interessa aos estudos da tradução uma vez que problematiza a ideia tradicional (essencialista)

pretado de forma *literal* - seria simplesmente um recado, no qual teria sido utilizada, portanto, uma linguagem prosaica -, não acarretando nenhum problema para a sua tradução. Por outro lado, se lido como um poema, o mesmo texto seria interpretado de forma *não-litera*l, metafórica e assumiria o *status* de texto literário, o que possivelmente geraria problemas para a sua tradução.

de que o texto original é a fonte única do sentido. Ao atribuir um papel ativo ao leitor no processo de significação, Fish reafirma o postulado pós-moderno de que a tradução, como toda atividade de leitura, é um processo de produção de sentido e não a simples transposição de significados estáveis de uma língua para outra. Da mesma forma, o pressuposto de que a comunidade interpretativa determina os significados que circulam em uma língua contesta a ideia de equivalência, noção cara aos teóricos tradicionalistas. Se os significados passíveis de serem produzidos em uma língua são limitados pela comunidade interpretativa, então a prática tradutória também é limitada pela comunidade interpretativa da língua de chegada. Assim, o leitor/tradutor encontra-se, ao traduzir uma obra, limitado pela comunidade interpretativa à qual pertence. Os significados produzidos por ele, a partir de um texto fonte, serão, inevitavelmente, limitados por sua comunidade.

ANÁLISE DO DISCURSO E TRADUÇÃO⁵

Como apontado anteriormente, a concepção de tradução como transferência de significados faz supor a existência de significados fixos em uma língua, o que, por sua vez, relaciona-se a uma concepção de língua como transparente, e a proposição de um tradutor invisível, o qual transfere, de forma consciente e neutra, os significados do texto fonte para o texto a ser construído na língua de chegada.

A concepção pós-moderna de tradução, por outro lado, entende a prática tradutória como gesto de interpretação. Questiona, portanto, a existência de significados estáveis em um texto e assume a língua como opaca, como não transparente. Na

⁵ Nesta seção, busca-se estabelecer um paralelo entre alguns dos postulados da Análise do Discurso de linha francesa (AD) e a proposição da tradução como prática de significação situada historicamente, objetivo deste artigo. Não se trata, portanto, de discutir em detalhe os principais postulados da área de Análise do Discurso. Para tal, consultar, entre outros autores, Orlandi (1987, 2001, 2006, 2007a,b, entre outros). As considerações desenvolvidas ao longo dessa seção baseiam-se na obra *Análise do discurso: Princípios e procedimentos* (2007a), dessa autora.

mesma direção, afirma a impossibilidade de um tradutor neutro, liberado da ideologia e da história.

Essa forma de entender a tradução, fortemente influenciada pela desconstrução derridiana, dialoga intimamente com os postulados da Análise do Discurso de linha francesa (AD), tendo em vista que ambas desenvolveram-se na mesma conjuntura política, cultural e ideológica, isto é, o universo político-cultural-acadêmico francês de meados do século XX.

Como aponta Orlandi (2007a), a AD, enquanto proposta teórica, é marcada pela suspensão da noção de leitura. Em uma perspectiva tradicional, o que se objetiva ao analisar um texto é encontrar seu significado, uma vez que haveria um significado único escondido nos textos, o qual deveria ser encontrado pelo analista. A linguagem, nessa perspectiva, é transparente. No trabalho de análise, objetiva-se responder à seguinte pergunta: *O que esse texto quer dizer?*

A AD, diferentemente, considera que a linguagem não é transparente e sim opaca. Portanto, a questão a ser formulada é de outra natureza: *Como esse texto significa?* Enquanto, na análise de conteúdo, pergunta-se sobre “o que do texto”, em AD, pergunta-se sobre “o como do texto”. Orlandi afirma, nesse sentido, que

[o]s dizeres não são [...] apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem que apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser tido e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (Orlandi, 2007a: 30).

Em AD, “[...] procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (*Idem*, p. 15). A linguagem é relacionada à sua exterioridade visando encontrar regularidades em sua produção. Como aponta Orlandi, “[I]

evando em conta o homem na sua história, [a AD] considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (*Idem*, p. 16). Reflete-se sobre como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua.

Uma vez que objetiva pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas humanas, a AD realiza um profundo questionamento da categoria cartesiana de sujeito. Nega-se o sujeito racional, consciente, fonte do dizer e afirma-se o sujeito do inconsciente, sujeito da linguagem, o qual é mais falado do que fala.

Para a AD, o sujeito racional é uma ilusão resultante de dois esquecimentos. Como discute Orlandi (2007a: 34-35), Michel Pêcheux, em *Les Vérités de la Palice* (1975), propõe que é possível distinguir duas formas de esquecimento no discurso. O primeiro deles, *o esquecimento número um ou esquecimento ideológico*, é da instância do inconsciente e é o resultado de como somos afetados pela ideologia. “Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes” (p. 35). Na perspectiva da AD, não somos a origem do discurso, uma vez que ele já está em processo, em movimento quando nascemos. O *esquecimento número dois*, por sua vez, é da ordem da enunciação. Falamos de um modo e não de outro. Formamos famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre poderia ser outro.

Na perspectiva da AD, ao produzirmos discursos, o fazemos do interior desse duplo esquecimento. Tomados por eles, interpretamos, pois, como afirma Orlandi, “estamos comprometidos com os sentidos e o político” e “não temos como não interpretar”. “Diante de qualquer fato, de qualquer objeto simbólico somos instados a interpretar, havendo uma injunção a interpretar. Ao falar, interpretamos. Mas, ao mesmo tempo, os sentidos parecem estar sempre lá” (Orlandi, 2007a: 10). O que a proposição dos esquecimentos por Pêcheux enfatiza é que “os sentidos estão sempre ‘administrados’, não estão soltos”, como se

acredita tradicionalmente. O sentido não está no sujeito nem no texto, mas no discurso.

Dessa forma, o gesto interpretativo não é livre, não é da instância do sujeito, como preconizado pela tradição logocêntrica. A esse respeito, Orlandi afirma que

[...] se, de um lado, há imprevisibilidade na relação do sujeito com o sentido, da linguagem com o mundo, toda formação social, no entanto, tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas: há modos de interpretar, não é todo mundo que pode interpretar de acordo com sua vontade, há especialistas, há um corpo social a quem delegam poderes de interpretar (logo de “atribuir” sentidos), tais como o juiz, o professor, o advogado, o padre, etc. (Orlandi, 2007a: 10).

Dessa forma de entender a interpretação decorre a suspensão da noção de leitura, procedimento que, como se apontou anteriormente, é um dos postulados centrais da AD. O leitor não é um sujeito consciente, mas sim um sujeito do discurso, o qual, como fica claro na citação de Orlandi acima, está sujeito a um controle do dizer, da interpretação.

Toda leitura precisa de um artefato teórico para que se efetue. Segundo Orlandi, “a leitura mostra-se como não transparente, articulando-se em dispositivos teóricos” (*Idem*, p. 25). Outro ponto fundamental para a AD é que não há uma verdade oculta atrás de um texto. O que há são gestos de interpretação. Compreender é muito mais do que a mera apreensão dos sentidos “literais” de um texto: “[...] é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc.) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam” (*Idem*, p. 26). Parte-se do pressuposto de que, ao interpretar, o analista já está preso em um sentido. Como aponta Orlandi, “a compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam ‘escutar’ outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem” (2007a: 26).

A interpretação se dá, pois, sob condições de produção específicas. Em sentido restrito, trata-se das circunstâncias da enunciação, ou seja, o contexto imediato. Em sentido amplo, elas incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. Assim, o gesto

interpretativo não se dá livremente, mas sim sob os ditames de suas condições de produção: o sujeito da linguagem interpreta situado histórica e ideologicamente.

A memória, na mesma direção, não é entendida como um conjunto de informações relativas a eventos passados ao qual o sujeito tem acesso livremente. Em AD, a memória é tratada como interdiscurso, o qual, segundo Orlandi, é “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. É a memória discursiva: “[...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando toda tomada da palavra” (*Idem*, p. 31). Tudo o que foi dito sobre um tema retorna no “novo” texto. Os sentidos são convocados nesse novo texto. Para Orlandi,

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (Orlandi, 2007a: 32).

O conceito de “interdiscurso” (que focaliza o já-dito) permite remeter um discurso a uma memória, a qual se filia a outros discursos, e, dessa forma, permite mostrar seus compromissos políticos e ideológicos. “O interdiscurso”, segundo Orlandi, “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (*Idem*, p. 31). Orlandi define o interdiscurso como “[...] todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (*Idem*, p. 33), uma vez que “as palavras simples do cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que no entanto significam em nós e para nós” (*Idem*, p. 20). Como afirma Courtine (1984, citado por Orlandi, 2007a: 34), no interdiscurso, fala uma voz sem nome.

Os pressupostos da AD discutidos ao longo dessa seção vão ao encontro da teorização pós-moderna sobre tradução,

principalmente no que diz respeito à concepção de linguagem como não-transparente e do falante como sujeito à linguagem e à ideologia. Se a linguagem não é transparente, não há um sentido fixo nos textos, pressuposto que, como se apontou anteriormente, é fundamental para uma concepção de tradução como transferência de significados estáveis de uma língua para outra. Como argumenta Orlandi, os sentidos estão no discurso e não no sujeito. Da mesma forma, a desconstrução do sujeito logocêntrico empreendida pela AD põe em xeque o ideal do tradutor neutro, invisível, isto é, aquele que realizaria, imparcial e conscientemente, a transposição dos significados. Ao postular que, ao interpretar, o falante está sujeito às suas condições de produção, a AD contribui para a posição assumida neste trabalho acerca da prática da tradução como atividade circunscrita na história.

Com base nesses postulados da AD, pode-se afirmar que traduzir não é transpor significados, como se acredita e se deseja tradicionalmente, e sim interpretar textos a partir de uma posição discursiva. O tradutor de uma obra, como se procurará demonstrar na próxima seção, traduz/fala a partir de um lugar no discurso de sua comunidade, sujeitando-se, portanto, às condições de produção nas quais está inscrito.

A COR PÚRPURA BRASILEIRA:

A FALA/ESCRITA DE CELIE EM QUESTÃO

Ao longo das duas seções anteriores, buscou-se apresentar teorizações que corroboram a hipótese de que a prática da tradução é uma atividade de interpretação e não a simples transferência de um texto de uma língua para outra. As duas propostas teóricas discutidas permitem afirmar que a interpretação não é o gesto consciente de um sujeito individual e sim o de um sujeito do discurso, inscrito em uma discursividade, em uma comunidade interpretativa.

A tradução consiste, então, em um gesto interpretativo situado histórica e ideologicamente. Mais do que transferir os significados do texto fonte para sua língua, o tradutor interpreta esse texto a

partir de uma posição discursiva, de um lugar no discurso de sua comunidade. Na prática da tradução, os sentidos sobre um dado tema que circulam na memória discursiva (ou na comunidade interpretativa) são convocados e retornam ao novo texto que está sendo elaborado. O tradutor, sujeito do discurso, atualiza em sua prática o já-dito, os sentidos possíveis na língua.

Partindo dessa posição teórica, objetiva-se, nesta seção, perscrutar a tradução brasileira do romance *The Color Purple* a fim de exemplificar como a prática do tradutor, entendida como interpretação, é orientada pelas condições de produção nas quais ele está inscrito.

A histórica de Celie, protagonista do romance *The Color Purple*, de autoria da afro-americana Alice Walker, é mais conhecida pelo público brasileiro em sua versão cinematográfica⁶. *A Cor Púrpura*, tradução brasileira assinada por Peg Bodelson, Betúlia Machado e Maria José Silveira, foi publicada pela Editora Marco Zero, em 1986, e praticamente passou despercebida do público e da crítica, como aponta Sarian (2002).

Trata-se de um romance epistolar no qual Celie, a personagem principal, escreve cartas para sua irmã Nettie, para elementos da natureza e para Deus. No que se refere à linguagem, ocorre, ao longo do romance, o uso de duas variedades da língua inglesa: enquanto Nettie utiliza o inglês padrão, Celie utiliza uma variante rural do inglês negro norte-americano.

Uma análise tradicional consistiria no cotejo do suposto original (*The Color Purple*) e de sua tradução brasileira (*A Cor Púrpura*), visando discutir as soluções encontradas pelas tradutoras no processo de transferência da obra em língua inglesa para o português. Objetivaria-se verificar o grau de fidelidade das tradutoras ao texto de Walker.

O objetivo deste trabalho é diametralmente oposto, uma vez que não se está operando com a ideia de fidelidade em tradução e

⁶ A versão para o cinema do romance de Walker recebeu o mesmo nome e foi dirigida por Steven Spielberg, em 1985. O papel de Celie foi interpretado pela atriz Whoopi Goldberg.

sim com a assunção de que traduzir é um gesto interpretativo de um sujeito do discurso, membro de uma comunidade interpretativa.

Nessa direção, parte-se da hipótese de que as tradutoras, em sua tentativa de criar um quadro sociolinguístico semelhante ao de *The Color Purple*, atualizaram sentidos presentes no interdiscurso acerca das diferentes variedades do português brasileiro e, conseqüentemente, sobre seus falantes⁷. Ao traduzir, as tradutoras brasileiras da obra atualizaram todo um conjunto de dizeres que circula no interdiscurso sobre a variação linguística e social do Brasil. Atualizou-se uma memória discursiva sobre o tema, o já-dito, como proposto pela Análise do Discurso. Nos termos da proposta teórica de Fish (1980), as tradutoras foram orientadas, ao traduzir, pelos sentidos sobre a variação linguística e social que circulam em sua comunidade interpretativa.

Em *The Color Purple*, tem-se o seguinte quadro narrativo: duas irmãs negras, órfãs e habitantes de uma região rural do Sul dos Estados Unidos deparam-se com a violência social e sexual de uma sociedade marcada pela miséria, pelo racismo e pelo sexismo. Enquanto Celie resigna-se diante da opressão impetrada pelo meio social e pelo elemento masculino, tornando-se esposa de um marido violento e trabalhadora rural, Nettie rebela-se contra a mesma opressão e migra para a África na condição de missionária e professora. A diferença entre as duas irmãs também é marcada pelo grau de escolarização, o qual, por sua vez, reflete-se na linguagem: enquanto Nettie (alfabetizada) utiliza o inglês padrão, Celie (semi-alfabetizada) é usuária de uma variedade rural do inglês negro norte-americano⁸. Constrói-se, portanto, uma correlação de fatores, a qual poderia ser expressa nos seguintes termos: Celie, trabalhadora rural semi-alfabetizada oprimida

⁷ A própria ideia de que existe um “português brasileiro” já é uma categoria discursiva, uma vez que afirma a unidade, a regularidade da língua. Se há unidade, a dispersão seria o “não-português”.

⁸ Em sua pesquisa de mestrado, Sarian (2002) examinou as narrações das duas irmãs a fim de investigar a heterogeneidade linguística da obra original. A autora conclui em sua análise que os recursos linguísticos utilizados na caracterização da fala das duas irmãs estão associados aos diferentes graus de escolaridade e de letramento de cada uma delas: Celie (semi-analfabeta) e Nettie (alfabetizada).

por um marido violento, utiliza uma variedade desprestigiada do inglês. No caso de Nettie, a correlação seria: alfabetizada, missionária na África (e, portanto, livre da opressão) e usuária da variedade prestigiada do inglês.

Mais do que discutir as soluções linguísticas encontradas pelas tradutoras na (re)criação da escrita das protagonistas, interessa, neste trabalho, discutir quais dizeres sobre a variação sociolinguística do Brasil, presentes no interdiscurso, na memória discursiva, são atualizados no gesto tradutório/interpretativo. Partindo do princípio de que o sentido está no discurso e não na língua falada pelo sujeito consciente, objetiva-se, a partir da materialidade linguística da obra traduzida, estabelecer um paralelo entre a caracterização linguística das duas personagens e a conjuntura sócio-histórica da produção de *A Cor Púrpura*, ou seja, as condições de produção da tradução do romance.

Mais especificamente, objetiva-se compreender quais sentidos foram atualizados na (re)construção, na obra traduzida, da correlação de fatores que caracterizam Celie. Em *The Color Purple*, a caracterização linguística da identidade dessa personagem é relativamente simples, uma vez que ela se distingue da irmã por utilizar, na escrita, uma variedade rural do inglês negro norte-americano, a qual apresenta características gramaticais e lexicais distintas do inglês padrão. Interessa, aqui, discutir a caracterização linguística da “Celie Brasileira”.

A discussão dessa questão partirá da análise linguística dos excertos (1) e (2), abaixo, extraídos de uma carta de Celie a Deus e de uma carta de Nettie a Celie, respectivamente.

(1) Querido Deus,

Minha mamãe morreu. Ela morreu gritando e praguejando. Ela gritou comigo. Ela praguejou comigo. Eu tô de barriga. Eu num posso andar muito depressa. Na hora queu volto do poço, a agua tá morna. Na hora queu arrumo a bandeja, a cumida já tá fria. Na hora queu arrumo todas as criança pra escola, já tá na hora do jantar.

(*A Cor Púrpura*, 1986, p.11)

(2) Querida Celie,

Eu sei que você acha que eu estou morta. Mas eu não estou. Eu escrevi para você também, todos esses anos, mas Albert disse que você nunca ouviria falar de mim outra vez e já que eu nunca recebi uma resposta sua todo esse tempo, eu acho que ele estava falando sério. Agora eu só escrevo no Natal e na Páscoa esperando que minha carta fique perdida entre os cartões do Natal e da Páscoa, ou que Albert sinta o espírito das festas e fique com pena de nós.

(*Idem*, p. 134)

A principal característica da escrita da Celie Brasileira é a presença de elementos da oralidade, como se pode notar em (1). Observe-se, por exemplo, a ocorrência da forma abreviada do verbo estar em frases como *Eu tô grávida*. (primeira pessoa do singular do presente do indicativo) e *Na hora queu volto do poço, a água tá morna*. (terceira pessoa do singular do presente do indicativo). Também ocorre o fenômeno da aglutinação (como na forma *queu por que eu*) e a substituição da forma comida por cumida. Na escrita de Nettie, ocorre justamente o contrário. Como se observa em (2), sua escrita não apresenta traços da oralidade.

As tradutoras brasileiras de *The Color Purple*, instadas a interpretar e comprometidas que estão com os sentidos e o político, no dizer de Orlandi (2007a: 10), atualizam a memória discursiva, o já-dito sobre a variação linguística e social do Brasil. Na caracterização da escrita de Celie, atualizou-se a memória discursiva acerca das características (imaginadas) da escrita de uma brasileira “equivalente” a Celie, isto é, atualizou-se o já-dito sobre a escrita de mulheres negras, semi-alfabetizadas, habilitantes de regiões rurais do Brasil.

Ao longo do século XX, o Brasil passou de uma sociedade predominantemente rural para majoritariamente urbana. Esse êxodo rural foi motivado, como se sabe, por um conjunto de fatores dentre os quais destacam-se as condições precárias de trabalho e vida no campo e o crescimento da industrialização do

país. Essas populações migrantes buscavam, nas cidades, melhores condições de subsistência.

Do ponto de vista do imaginário social, o fluxo em direção às grandes cidades resultou na valorização do elemento urbano e na desvalorização do rural⁹. Assim, a cidade está vinculada a melhores condições de vida, de moradia, de educação, de acesso a bens e serviços, de mobilidade (física e social), ou seja, ao que se entende por “vida moderna”. Viver no campo, por outro lado, está relacionado a uma forma de vida arcaica, não-moderna, marcada por privações de diferentes ordens¹⁰.

No que se refere aos usos linguísticos, a valorização do urbano em detrimento do rural fez surgir um discurso que atribui valor positivo ao “falar urbano” e negativo ao “falar rural”. A fala urbana vincula-se, no imaginário, a um registro linguístico mais próximo do chamado português padrão, o qual é praticamente sinônimo de português escrito, e este, por sua vez, é visto como o português gramaticalmente correto, bonito, de bom gosto etc. O chamado “dialeto caipira”, por outro lado, é definido como o português gramaticalmente errado, feio, de mau gosto etc. e é vinculado a um registro mais próximo da fala¹¹.

⁹ Ao longo dessa seção, serão operacionalizados pares dicotômicos como “urbano” *versus* “rural”, “fala urbana” *versus* “fala rural”, entre outros. Contudo, cabe esclarecer que não se está trabalhando com uma visão essencialista. Esses pares estão sendo utilizados como “categorias discursivas” buscando captar os discursos que circulam na sociedade brasileira sobre, por exemplo, a vida nas cidades e no campo.

¹⁰ Nos últimos anos, devido ao crescimento do agronegócio, particularmente nos Estados das Regiões Sudeste e Centro-Oeste, tem-se verificado uma mudança nesse discurso. O crescimento econômico do “interior” vem acarretando uma valorização da região enquanto espaço “habitável”. Do ponto de vista cultural, isso se manifesta na valorização de elementos da cultura caipira como as festas de peão. Contudo, essa valorização tem se dado a partir do paradigma da modernização. A música caipira predominantemente ouvida nas grandes festas (shows) agropecuárias e de peão não é o chamado “sertanejo raiz” e sim uma forma modernizada e “urbanizada” do gênero. A cultura caipira, para ser consumida, vem passando por uma adequação ao “gosto” urbano.

¹¹ Recentemente, um número crescente de pesquisadores da Sociolinguística tem discutido o preconceito linguístico na sociedade brasileira. Esses pesquisadores são unânimes ao afirmar que se trata, na realidade, de preconceito social e não de preconceito linguístico. Tem-se discutido, particularmente, o papel dos chamados “comandos paragramaticais”, como a mídia, na reprodução desse discurso (Cf. Bagno, 1997, 1999, 2000, 2003, 2004; Bortoni-Ricardo, 2004; Mattos e Silva, 2004; Scherre, 2005; entre outros).

O quadro social e histórico discutido acima constitui as condições de produção de *A Cor Púrpura*, particularmente no que se refere à linguagem. Como se pode observar nos excertos (1) e (2), discutidos anteriormente, a escrita de Celie, personagem representada como trabalhadora rural semi-alfabetizada, apresenta características da língua falada, enquanto a escrita de Nettie, missionária e professora, não apresenta esses traços, aproximando-se do padrão escrito.

Instadas a interpretar, isto é, diante da necessidade de construir uma identidade linguística para a Celie Brasileira, de encontrar um correlato, em língua portuguesa, para o traço “falante de uma variedade rural do inglês negro norte-americano”, as tradutoras relacionam a identidade social de Celie (trabalhadora rural negra, semi-alfabetizada) a uma escrita marcada pela presença de traços da oralidade, o que, na discursividade brasileira discutida acima, caracterizaria o rural e o não-escolarizado.

Em uma análise orientada por uma perspectiva tradicional dos estudos da tradução (fundamentada na transparência da linguagem e no sujeito logocêntrico), a discussão da prática das tradutoras de *A Cor Púrpura* possivelmente focalizaria questões de “preconceito linguístico”. A pergunta a ser respondida seria: *A caracterização linguística de Celie reflete o preconceito linguístico das tradutoras?* Partindo do pressuposto de que o interdiscurso, como aponta Orlandi (2007a: 31), disponibiliza dizeres que afetam a forma como o sujeito significa em uma dada conjuntura discursiva, a questão a ser formulada deve focalizar as condições de produção de *A Cor Púrpura* e não a vontade consciente das tradutoras. Uma possível formulação dessa pergunta seria: *Quais discursos sobre a variação linguística e social do Brasil ressoam em A Cor Púrpura?* O tradutor, como todo ser humano, é um sujeito do discurso que interpreta o mundo na e pela língua. Nesse sujeito, fala, como aponta Courtine (1984), uma voz sem nome. O tradutor neutro, que transfere conscientemente sentidos de uma língua para a outra, é, portanto, uma idealização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROJO, R. *Oficina de tradução: A teoria na prática*. São Paulo: Editora Ática, 1986. (Série Princípios).
- BAGNO, M. *Português ou brasileiro?: Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004 (Língua[gem]; v. 1).
- BAGNO, M. *A norma oculta: Língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, M. *Dramática da Língua Portuguesa: Tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- BAGNO, M. *Preconceito Linguístico: O que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BAGNO, M. *A língua de Eulália: Novela sociolinguística*. São Paulo: Editora Contexto, 1997.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: A sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004 (Linguagem; 4).
- CATFORD, J. C. *Uma teoria linguística da tradução*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- COURTINE, J-J. “Définition d’Orientations Théoriques et Méthodologiques en Analyse de Discours”. *Philosophiques*, vol. IX, n. 2. Paris: 1984.
- FISH, S. *Is there a text in this class? The authority of interpretive communities*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- HOUAISS, A; VILLAR, M. de S. (Org.). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MATTOS e SILVA, R. V. *O português são dois: Novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004 (Língua[gem]; 6).
- ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes Editores, 2007a.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes Editores, 2007b.

- ORLANDI, E. P. “Análise de discurso”. In.: LAGAZZY-RODRIGUES, S. e ORLANDI, E. P. (Org.) *Introdução à Ciência da Linguagem – Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006, p. 11-31.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1987.
- PÊCHEUX, M. *Les Vérités de la Palice*. Paris: Maspero, 1975. Tradução Brasileira: *Semântica e Discurso*. Tradução Eni Orlandi et alii. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- RODRIGUES, C. C. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000. (Coleção Prismas/PROPP).
- SARIAN, M. C. *A Tradução e a Sociolinguística: Um Estudo sobre The Color Purple e sua Tradução*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2002.
- SCHERRE, M. M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: Variação linguística, mídia e preconceito*. Parábola Editorial, 2005 (Língua[gen]; 12).
- VENUTI, L. *Escândalos da tradução: Por uma ética da diferença*. Tradução: Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esquerda e Valéria Biondo. Bauru: EDUSC, 2002.
- VENUTI, L. *The translator’s Invisibility: A history of translation*. London: Routledge, 1995.
- WALKER, A. *A cor púrpura*. Tradução: Peg Bodelson, Betúlia Machado e Maria José Silveira. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986.
- WALKER, A. *The Color Purple*. Nova York e Londres: Hadcourt, 1982.
- WIMSATT Jr., William K.; BEARDSLEY, Monroe C. “The Affective Fallacy”. *The Sewanee Review*, Vol. 57, No. 1, 1949, p. 31-55.